



SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO
100 PORTO SANTO, S.A.

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

2017

ÍNDICE

I PARTE – PLANO DE ATIVIDADES

	<i>PAG.</i>
1. <i>INTRODUÇÃO</i>	3
2. <i>MISSÃO, VISÃO E VALORES</i>	4
3. <i>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO</i>	5
4. <i>OBJETIVOS E PLANO DE AÇÃO</i>	6

II PARTE – ORÇAMENTO

1. <i>PLANO DE INVESTIMENTOS</i>	14
2. <i>PLANO DE EXPLORAÇÃO</i>	14
3. <i>PLANO DE FINANCIAMENTO</i>	15
4. <i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i>	17

ANEXOS

ANEXO I – ORÇAMENTO (ORAM 2017)

Handwritten signature in black ink, consisting of stylized initials and a flourish.

I PARTE – PLANO DE ATIVIDADES

RR →
Q

INTRODUÇÃO

A Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S. A. (SDPS) foi constituída Decreto Legislativo Regional n.º 16/99/M, diploma que criou a comissão consultiva para a Operação Integrada de Desenvolvimento do Porto Santo.

Página 3

Através da Resolução do Conselho do Governo n.º 1809/97, de 18 de Dezembro, havia já sido criada a Operação Integrada de Desenvolvimento do Porto Santo, instrumento de intervenção decisivo para o desenvolvimento integrado daquela ilha num horizonte de longo prazo.

Nos termos dos estatutos aprovados, a SDPS é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos que prossegue fins de interesse público e é a entidade gestora dos projetos e ações inseridos no âmbito da Operação Integrada de Desenvolvimento, tendo por objecto social a concepção, execução e construção dos correspondentes empreendimentos e bem assim da sua exploração directa sempre que for essencialmente necessário.

Com efeito, no passado recente a Região Autónoma da Madeira (RAM) e os municípios da RAM, num quadro de cooperação e reforço do desenvolvimento de instrumentos de políticas públicas optaram por uma estratégia de intervenção local traduzida na constituição de estruturas formalizadas de parceria institucional, através da criação de Sociedades de Desenvolvimento.

As Sociedades de Desenvolvimento têm a sua atividade e o seu funcionamento enquadrados pelo disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/M, de 5 de Agosto, que estabelece o regime jurídico do sector empresarial da Região Autónoma da Madeira, pelos seus diplomas de criação, respetivos estatutos e pelas normas aplicáveis às sociedades comerciais.

A partir do momento em que por efeitos das Contas Nacionais, estas integraram o perímetro da Administração Pública Regional como empresas públicas reclassificadas, a sua atuação passou a ser enquadrada também pelas regras definidas para as Empresas Reclassificadas do Setor Público Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SERAM). Por outro lado, desde novembro de 2011 que as Sociedades de Desenvolvimento vêm sendo geridas de forma integrada, reconhecida que é a necessidade de reestruturar o seu objeto e funcionamento, fortemente condicionados pelo processo de sustentabilidade das finanças públicas regionais.

Os resultados líquidos da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. nos últimos exercícios económicos foram negativos, apresentando elevados níveis de endividamento a curto, médio e longo prazo, bem como dificuldades de liquidez para cumprimento das respetivas obrigações correntes. Neste cenário, aos accionistas caberá deliberar a dissolução da sociedade

RAM
A

ou em alternativa, verificando-se os requisitos do art.º 35.º do Código das Sociedades Comerciais, tomar as medidas adequadas à regularização da sua situação patrimonial, designadamente mediante a transferência financeira dos acionistas, na proporção da respetiva participação social.

Adicionalmente, o cumprimento dos objetivos previstos no Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira, com vista à sustentabilidade das finanças públicas – onde se inclui o setor empresarial local - impõe que o Governo Regional da Região Autónoma da Madeira, accionista maioritário da Sociedade de Desenvolvimento, possa planear e executar as medidas que repute como as mais adequadas a cumprir aquele desiderato. A tomada de eventuais medidas, como sejam a negociação de forma agregada dos contratos de financiamento das Sociedades, que se repute como sendo necessárias com vista a sustentabilidade das suas contas e, indiretamente, das contas públicas da Região Autónoma.

1. MISSÃO, VISÃO E VALORES

Missão

A Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. tem por missão a gestão de projetos e ações inseridos no âmbito da Operação Integrada de Desenvolvimento do Porto Santo, e a concepção, execução e construção dos correspondentes empreendimentos e sua eventual exploração.

Visão

A SDPS visa contribuir para o desenvolvimento integrado do Porto Santo através da satisfação de necessidades específicas do seu tecido económico e social e da qualificação da população ativa, com a consequente melhoria das condições de vida da população local e visitantes.

Valores

Constituem valores a defender por esta organização os seguintes:

- **Qualidade** - procurar a excelência na atuação, através de uma prestação de serviço



sustentadamente assente em padrões de qualidade reconhecidos.

- **Responsabilidade** – desenvolver e implementar procedimentos que assegurem a eficiência na aplicação dos recursos e a eficácia nos objetivos, tendo por base os recursos disponíveis em cada momento.
- **Atitude** – reforçar os mecanismos de articulação e concertação no desenvolvimento da atividade, no sentido de contribuir para a missão da organização e para a satisfação das expectativas dos diferentes parceiros.
- **Compromisso** – encorajar e premiar o empenho, a criatividade e a pro-atividade na vida da organização, de modo a assegurar um desenvolvimento sustentado da sua atividade e a proteção e preservação dos seus bens e equipamentos.

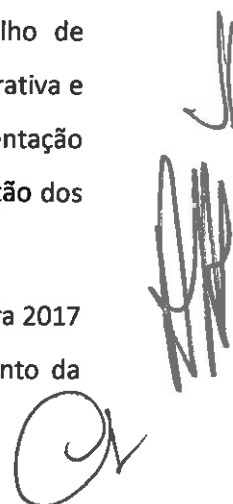
2. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

O planeamento da atividade da Sociedade não pode estar dissociado do processo de sustentabilidade das finanças públicas regionais e do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, celebrado em 2012 com o Governo da República, no enquadramento de ajuda externa solicitada pela República.

Nesta sequência, impõe-se um reforço do equilíbrio económico-financeiro das Sociedades de Desenvolvimento através da melhoria da eficiência económica na atividade e da condução de uma política financeira e de investimentos, já quase exclusivamente de reposição/manutenção de equipamentos e infraestruturas, mas sobretudo, através de uma gestão efetivamente integrada dos recursos financeiros das quatro entidades.

A gestão integrada das Sociedades de Desenvolvimento implicou um único Conselho de Administração e a integração gradual das suas funções, em particular nas áreas administrativa e operacional, no sentido de promover a maximização de sinergias e fomentar a implementação das medidas necessárias ao eficiente e eficaz desenvolvimento da sua atividade e à gestão dos empreendimentos sob seu domínio de intervenção.

Para além desses aspetos de integração funcional, o Plano de Atividades e Orçamento para 2017 encontra-se subordinado ao disposto no Programa de Governo 2015-19 e no Orçamento da Região para 2017.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

A Sociedade de Desenvolvimento deverá ainda assegurar a articulação da sua atuação com os parceiros locais, nomeadamente na área operacional, no sentido de promover a maximização de sinergias e fomentar a implementação das medidas necessárias ao eficiente e eficaz desenvolvimento da sua atividade e à gestão dos empreendimentos sob seu domínio de intervenção.

Neste contexto, neste Plano sistematiza-se as medidas/ações necessárias à concretização dos objetivos definidos assente nas seguintes premissas:

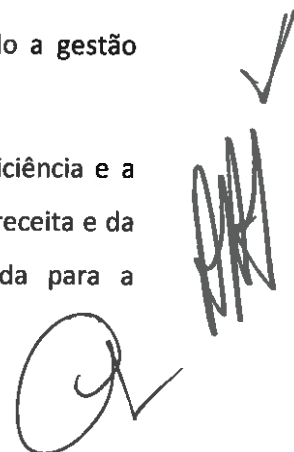
- Permanência da função de acionista maioritário exercida pela Região Autónoma da Madeira e poderes de tutela exercidos pela Secretaria Regional do Plano e Administração Pública - Governo Regional da Madeira;
- Articulação estável com a tutela, em termos de planeamento de atividades e seu financiamento, designadamente o fixado no ORAM 2017;
- Focalização na eficiência económica, através do desenvolvimento de projetos com ênfase crescente na autossustentabilidade e política de investimentos seletiva;
- Enquadramento dos projectos da Sociedade nos Programas Operacionais financiados pelos FEEI (Fundos Europeus Estruturais e de Investimento) a fim de os candidatar a financiamento.

3. OBJETIVOS E PLANO DE ACÇÃO

a. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A concretização da missão da SDPS implica que, nos próximos tempos, a sua atividade passe pelo desenvolvimento dos seguintes principais objetivos estratégicos:

- Contribuir para o desenvolvimento sustentado do Porto Santo, reforçando a gestão integrada de empreendimentos, envolvendo diferentes parceiros.
- Promover o equilíbrio económico-financeiro da empresa melhorando a eficiência e a racionalidade económica da atividade com um enfoque na maximização da receita e da promoção de uma política de investimentos essencialmente direcionada para a manutenção e valorização dos *assets* existentes

Handwritten signature and checkmark.

- Assegurar as melhores práticas de gestão promovendo uma maior eficácia e eficiência na utilização dos recursos disponíveis de modo a prestar um serviço de qualidade.
- Promover um novo impulso no processo de fusão da SDPS com as restantes sociedades de desenvolvimento

b. PLANO DE ACÇÃO

Abaixo procura-se desenvolver o plano de acção da organização de acordo com a natureza dos objectivos, de forma a promover a coerência e articulação entre estes, não obstante muitas das medidas/acções identificadas contribuírem para a concretização de mais que um objectivo.

- **OBJETIVO : Contribuir para o desenvolvimento sustentado do Porto Santo, reforçando a gestão integrada de empreendimentos, envolvendo diferentes parceiros.**

- **MEDIDAS / AÇÕES**

Reestruturação e reposicionamento estratégico de alguns ativos/projectos por forma a adequá-los às novas tendências e dinâmicas de mercado.

Celebrar, sempre que possível, protocolos e acordos de cooperação com entidades terceiras, nacionais ou estrangeiros com o objetivo de promover a marca Porto Santo.

Associação a entidades locais, privadas, publicas ou ipss para o desenvolvimento de atividades de cariz desportivo, social e cultural, que contribuam para a descentralização e correção de assimetrias regionais.

Reforçar a estratégia de comunicação e marketing do Porto Santo Golfe posicionando o Porto Santo como um destino turístico de qualidade também associado ao Golfe.

- **OBJETIVO : Promover o equilíbrio económico-financeiro da empresa melhorando a eficiência e a racionalidade económica da atividade com um enfoque na maximização da receita e da promoção de uma política de investimentos essencialmente direcionada para a manutenção e valorização dos *assets* existentes**

✓
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

- **MEDIDAS / AÇÕES**

Promoção e implementação de uma política comercial mais dinâmica e agressiva em todas as áreas de negócio da empresa

Estudo e desenvolvimento de novos negócios associados às novas dinâmicas do mercado

Procurar sistematicamente oportunidades nos quadros comunitários de apoio disponíveis

Estudar e implementar medidas que conduzam a uma maior eficiência energética em todos os activos e negócios da SDPS promovendo desta forma o maior equilíbrio económico-financeiro e bem assim contribuindo para a sustentabilidade ambiental da Ilha do Porto Santo.

- **OBJETIVO :** Assegurar as melhores práticas de gestão promovendo uma maior eficácia e eficiência na utilização dos recursos disponíveis de modo a prestar um serviço de qualidade.

- **MEDIDAS / AÇÕES**

Implementação de um sistema de contabilidade analítica que permita, em tempo real, obter indicadores que contribuam para uma melhor e mais eficaz gestão da empresa.

Reestruturação da organização funcional e implementação de novo organigrama.

Aposta no desenvolvimento dos recursos humanos através de ações de valorização profissional para resposta às necessidades.

Implementação do Plano de rentabilização, manutenção, alienação, concessão a privados e gestão partilhada com as autarquias locais da Região Autónoma da Madeira de Infraestruturas das Sociedades de Desenvolvimento, nos termos do D.L.R. N.º 6/2015/M, 13 de agosto

Reorganização do modelo de gestão da SDPS orientando o mesmo para o mercado e criando para alguns activos planos de negócio de acordo com as suas especificidades e potencialidades.

- **OBJETIVO :** Promover um novo impulso no processo de fusão da SDPS com as restantes sociedades de desenvolvimento



MEDIDAS / AÇÕES

Criação de uma task force interna assessorada por consultores multidisciplinares que apresentem um projecto de fusão das sociedades aos acionistas.

Melhoria dos sistemas de gestão da informação e harmonização de procedimentos entre as diferentes sociedades de desenvolvimento, aos diferentes níveis de responsabilização, e em todos os domínios de intervenção.

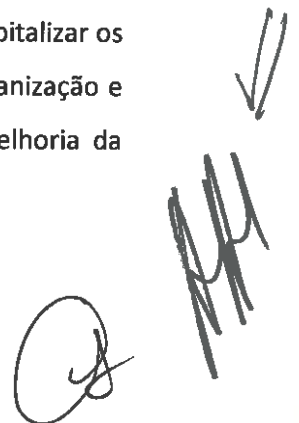
Análise detalhada dos procedimentos necessários à regularização do património imobiliário das sociedades.

C. SUPERAÇÃO DE CONSTRANGIMENTOS E DE PONTOS FRACOS

Estando identificados os constrangimentos e os pontos fracos com que se depara a organização, impõe-se a adoção de medidas específicas para os ultrapassar, nomeadamente:

- Ao nível das infraestruturas e dos equipamentos – Desenvolver o plano de regularização patrimonial definido e a implementação do plano de rentabilização, manutenção, alienação, concessão a privados e gestão partilhada com a autarquia local;
- Ao nível dos recursos humanos – Implementar a política de reajustamento definida para a área, procedendo-se aos recrutamentos de acordo com as necessidades emergentes e à concretização de formação, quando necessário;
- Ao nível da organização e da gestão - Preparar, sensibilizar e formar as pessoas para a implementação de novos métodos de gestão e de procedimentos de trabalho, nomeadamente as relativas à implementação de medidas de harmonização administrativa com as outras sociedades de desenvolvimento;
- Ao nível financeiro - Assegurar os instrumentos de financiamento da atividade e do plano de investimentos definido e bem como os fluxos financeiros necessários à manutenção regular da atividade, aperfeiçoando os procedimentos de faturação e o processo de cobrança efetiva dos montantes faturados.

Deste modo, a Sociedade de Desenvolvimento deverá procurar, ao longo de 2017, capitalizar os seus pontos fortes e as oportunidades identificadas e as emergentes, devendo a organização e os seus colaboradores aproveitar a conjuntura de mudança como base para a melhoria da prestação de serviços.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page. The signature is a cursive 'S' inside a circle, and the initials are 'AM' with a checkmark above them.

d. FORMAÇÃO

Sendo a formação profissional um instrumento privilegiado para reforço das competências dos colaboradores e para a promoção do seu aperfeiçoamento/ desenvolvimento continuado, a concretização de um plano de formação específico é de primordial importância para o desenvolvimento estratégico da organização.

Neste sentido e na perspetiva da gestão integrada dos recursos das Sociedades de Desenvolvimento, têm vindo a ser inventariadas as necessidades de formação dos colaboradores sendo a programação da formação efetuada de acordo com as necessidades:

- As carências formativas identificadas em cada área de atuação e as necessidades emergentes, nomeadamente por via das alterações programadas no funcionamento da organização.
- A adequação da oferta formativa interna às necessidades identificadas e a concertação da organização interna das frequências de formação com a oferta formativa contratualizada no exterior.
- A consolidação de experiências e práticas formativas desenvolvidas em contexto real de trabalho e as ações de reciclagem.

A programação da formação integra diferentes áreas, quer em termos de especificidade dos conteúdos formativos, quer de intensidade temporal, para os vários grupos profissionais, versando as áreas temáticas consideradas prioritárias para os diferentes vetores de atuação das Sociedades de Desenvolvimento.

e. SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO

A proteção da saúde constitui um direito dos indivíduos e da comunidade, consignado na Constituição da República Portuguesa a qual preceitua também, nos seus artigos 59.º e 64.º, o direito à prestação do trabalho em condições de higiene e segurança.

No desenvolvimento das diferentes atividades das Sociedades de Desenvolvimento existem exigências técnico-profissionais aliadas a razões ambientais, de organização, condições e ritmo de trabalho, que justificam a prioridade a dar à segurança, à saúde e às condições de trabalho.

A multiplicidade dos fatores de risco inerentes à atividade, assim como o facto da natureza da prestação de serviços não propiciar a sua eliminação, justifica assim, uma planificação cuidada neste domínio, pelo que se optou por recorrer à contratualização externa de serviços de



Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (SHST), como recurso estratégico para o desenvolvimento pessoal e organizacional, orientando-se para a prevenção da doença e a promoção da saúde dos trabalhadores, promovendo-se o alargamento da política às 4 Sociedades de Desenvolvimento.

Dando continuidade ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, neste ano a atividade neste domínio deverá orientar-se para os seguintes objetivos:

- Identificar, avaliar e valorar riscos no domínio da atividade;
- Assegurar a promoção e a vigilância da saúde dos colaboradores;
- Analisar os incidentes e os acidentes de trabalho e implementar medidas preventivas para reduzir a sua incidência;
- Detetar/prevenir as doenças profissionais;
- Formar/informar os colaboradores no domínio da segurança, higiene e saúde no trabalho, tendo em conta as respetivas funções e postos de trabalho.

f. QUALIDADE E INOVAÇÃO

A qualidade de serviço e a inovação estão interligadas com as condições de trabalho proporcionadas aos colaboradores da organização, com as condições de prestação de serviços aos clientes e ainda com os níveis gerais e específicos da segurança das suas estruturas e equipamentos.

Por sua vez, a inovação é propulsora de boas práticas, pelo que se pretende continuar a apoiar ações neste domínio, quer ao nível interno, quer no âmbito do desenvolvimento de parcerias com outras organizações, com as quais têm vindo a ser desenvolvidos com sucesso projetos comuns.

Nestes domínios importa sobretudo, assegurar o apoio às iniciativas que venham a ser definidas privilegiando a segurança e a estabilidade da atividade nos principais empreendimentos, com destaque para os que se encontram sob sua administração direta, pelo impacto que têm na economia local.

AM

g. ARTICULAÇÃO COM OUTROS SERVIÇOS

A Sociedade de desenvolvimento deverá concertar a sua actuação com as restantes entidades locais e regionais, por forma a assegurar o regular desenvolvimento da atividade nos empreendimentos que tem sob sua responsabilidade.

Ao nível interno, deverá ser incrementada a articulação da actuação dos diferentes serviços, nomeadamente entre áreas operacionais, numa lógica de integração, articulação e incremento da eficiência.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

II PARTE – ORÇAMENTO

[Handwritten signature]

1. PLANO DE INVESTIMENTOS

Para o ano 2017, estão previstos alguns investimentos em equipamentos da sociedade que apresentam um grau de degradação elevado, cuja obra não é possível adiar mais. Prevê-se ainda a substituição de certos equipamentos no Campo de Golfe do Porto Santo tendo em conta a nova estratégia e plano de negócios para este. As restantes verbas previstas no orçamento de funcionamento corrente da sociedade serão para fazer face à conservação e manutenção dos diversos empreendimentos.

2. PLANO DE EXPLORAÇÃO

2.1. PRESSUPOSTOS

A Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. é uma sociedade anónima de capitais públicos tendo como acionistas a Região Autónoma da Madeira e o Município do Porto Santo.

A sua atividade e o seu orçamento devem refletir, assim, as orientações estratégicas dos acionistas, em particular da Região Autónoma da Madeira, que no atual contexto tem sido a acionista que tem vindo a disponibilizar as verbas necessárias ao seu funcionamento.

Para o exercício económico de 2017 não estão previstos investimentos avultados exceto os de conservação e manutenção de infraestruturas.

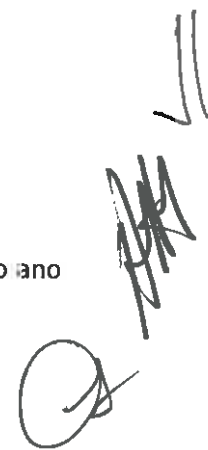
A atual proposta de orçamento considera um aumento da receita relativamente ao ano passado devido às operações previstas com alguns destinos emissores, no âmbito do Porto Santo como destino golfe.

Na elaboração deste orçamento, está ainda refletido o impacto das taxas de juro decorrentes de empréstimos bancários de curto, médio e longo prazo, atendendo à atual conjuntura dos mercados financeiros.

2.2. RENDIMENTOS

2.2.1. RENDIMENTOS OPERACIONAIS

Tendo por base os pressupostos apresentados, estima-se rendimentos operacionais para o ano de 2017, no montante global de 865.000 euros.



2.3. GASTOS

2.3.1. GASTOS OPERACIONAIS

Foram orçamentados gastos para o ano de 2017, no montante global de 1.562.494 euros, conforme discriminado no Orçamento anexo.

Este ano também não se prevê gastos de exploração adicionais, que venham onerar os custos para o exercício económico de 2017, por necessidades objetivas de contenção das despesas de funcionamento dos empreendimentos sob gestão da SDPS.

Na previsão dos custos com o pessoal e que ascende a 954.394 euros, o valor apresentado está de acordo com a legislação em vigor, à data de elaboração da proposta de orçamento, pelo que poderão ser necessários alguns ajustamentos assim que conhecido e aprovado o Orçamento de Estado para 2017.

2.3.2. CUSTOS FINANCEIROS

Os custos financeiros previstos para o ano 2017, no valor global de 989.578 euros, dizem respeito aos encargos financeiros decorrentes de empréstimos bancários de médio e longo prazo, contraídos para o financiamento dos investimentos em imobilizados corpóreos.

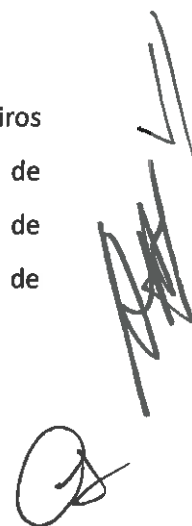
Destaca-se ainda o valor previsto para a amortização de capital que ascende a 5.092.571 euros.

2.3.3. OUTROS GASTOS

O valor registado ao nível dos outros gastos é de 204.676 euros.

3. PLANO DE FINANCIAMENTO

A atividade corrente desenvolvida pela empresa não tem vindo a gerar recursos financeiros suficientes para suportar as despesas correntes. Com o volume histórico das despesas de funcionamento verifica-se que os gastos são tendencialmente maiores face ao nível de rendimentos esperados, quer pela conjuntura económica atual, quer pelo esgotamento de alguns dos negócios da sua carteira.



Deverão ser concretizadas medidas de recuperação de receita e de contenção, quer a nível corrente, quer de investimento, de modo a cumprir o plano e orçamento propostos e, conseqüentemente, assegurar o cumprimento dos encargos da dívida decorrentes dos empréstimos bancários de médio e longo prazo contraídos.

3.1. AUTO-FINANCIAMENTO

A cobertura de despesas por auto financiamento apresenta-se negativa, em virtude das amortizações não serem suficientes para esbater os resultados líquidos negativos, facto este que não gera fundos libertos para fazer face ao valor das despesas proposto.

3.2. FONTES DE FINANCIAMENTO

O quadro a seguir indicado demonstra a distribuição dos valores do orçamento de 2016 e 2017 por fonte de financiamento.

Destaca-se o aumento em 30,17% do contributo da RAM no orçamento da Sociedade em 2017, face ao ano anterior, e que se as amortizações dos empréstimos, contraído em 2005 e 2006, junto do Deutsche Bank e Depfa Bank e respectivamente.

Orçamento Comparativo 2017/2016

TIPO	2017	2016	VAR	VAR %
1. FUNCIONAMENTO	7.904.319,00 €	6.065.081,00 €	1.839.238,00 €	30,33%
RECEITAS RAM	7.039.219,00 €	5.286.081,00 €	1.753.138,00 €	33,17%
RECEITAS PRÓPRIAS	865.100,00 €	779.000,00 €	86.100,00 €	11,05%
OUTRAS	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
2. INVESTIMENTO	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
RECEITAS RAM	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
RECEITAS PRÓPRIAS	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
OUTRAS	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
TOTAL	7.904.319,00 €	6.065.081,00 €	1.839.238,00 €	30,33%

3.3. RECURSOS ALHEIOS

3.3.1. FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS

Para o ano 2017 não está previsto nenhum financiamento bancário. Atualmente o total dos empréstimos assumidos é de 46.240.329,91 euros.

3.3.2. CONTRATOS DE MÚTUO

À data de 30 dezembro de 2016, os empréstimos da Região à sociedade contratualizados até 31 de Dezembro de 2015, no valor de 71.312.296,50 euros, foram transformados em aumentos de capital social, deste accionista. Ficando o financiamento do accionista RAM, através de Contratos de Mútuo em 5.608.987,00 euros, prevendo-se que venham a atingir os 7.039.219,00 euros, no decurso de 2017.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A linha orientadora deste orçamento foi o cumprimento integral das orientações definidas pelos accionistas e pelo Governo Regional da Madeira e assegurar o normal funcionamento da empresa, visando o cumprimento da sua missão de forma sustentável, atenta a responsabilidade social que lhe está implícita, tanto mais por se enquadrar nas empresas públicas requalificadas.

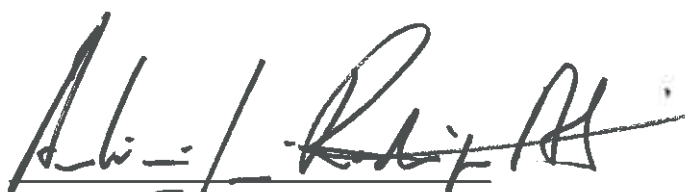
Face a esta conjuntura, refira-se o peso dos encargos financeiros na estrutura de custos, que ascendem a cerca de 77% do total orçado para 2017, sendo a estimativa de juros e amortizações de capital a pagar de 6.082.149 euros.

A Administração procurará cumprir o plano a que se propõe, sob orientação da tutela e accionistas, promovendo uma política de contenção de custos, através de um rigoroso controlo da execução orçamental.



Funchal, 20 de Janeiro de 2017.

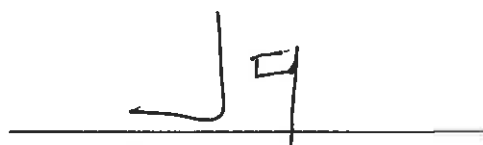
O Conselho de Administração



(António José Rodrigues Abreu)



(Maria Cristina Fernandes Alves)



(João José Ornelas Nunes)

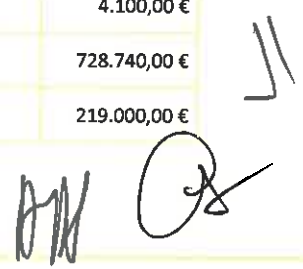
ANEXO I – Orçamento (ORAM 2017)

RECEITA

CLASS. ECONÓMICA			FONTE DE	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EUROS)
CÓDIGO	AL	S/AL	FINANC.		
R050201	00	00	510	Bancos e Outras Instituições Financeiras	50,00 €
R070108	00	00	510	Mercadorias	50.000,00 €
R070201	00	00	510	Aluguer de Espaços e Equipamentos	300.000,00 €
R070208	00	00	510	Serviços Sociais, Recreativos, Culturais e Desporto	500.000,00 €
R070299	00	00	510	Outros	15.000,00 €
R080101	00	00	510	Prémios, Taxas por Garantias de Risco e Diferenças de Câmbio	50,00 €
R120605	00	00	311	Adm. Publicas - Adm Regional	7.039.219,00 €
TOTAL					7.904.319,00 €

DESPESA

CLASS. ECONÓMICA			FONTE DE	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA (EUROS)
CÓDIGO	AL	S/AL	FINANC.		
010102	00	00	311	Orgãos Sociais	53.974,00 €
010103	00	00	311	Pessoal dos quadros - Reg Função Pública	45.381,00 €
010104	00	00	311	Pessoal dos quadros - Reg Contrato Individual Trabalho	456.836,00 €
010111	00	00	311	Representação	22.726,00 €
010112	00	00	311	Suplementos e Prémios	10.155,00 €
010113	00	00	311	Subsidio Refeição	69.797,00 €
010114	SF	00	311	Subsidio Férias	48.000,00 €
010114	SN	00	311	Subsidio Natal	46.350,00 €
010201	00	00	311	Gratificações Variveis ou Eventuais	4.950,00 €
010205	00	00	311	Abono Para Falhas	2.334,00 €
010211	00	00	311	Subsidio de Turno	12.647,00 €
010305	A0	A0	311	Caixa Geral de Aposentações	28.204,00 €
010305	A0	B0	311	Segurança Social	148.940,00 €
010309	00	00	311	Seguros	4.100,00 €
030103	S0	00	311	Sociedades Financeiras - Bancos e Outras Instituições Financeiras	728.740,00 €
030103	S0	TT	311	Sociedades Financeiras - Bancos e Outras Instituições Financeiras	219.000,00 €



030103	SL	TT	311	Sociedades Financeiras - Bancos e Outras Instituições Financeiras	28.649,00 €
030601	SL	TT	311	Outros Encargos Financeiros	10,00 €
030601	SO	00	311	Outros Encargos Financeiros	11.179,00 €
060201	SL	TT	311	Impostos e Taxas	1.146,00 €
060201	SO	00	311	Impostos e Taxas	3.530,00 €
100603	SL	TT	311	Sociedades Financeiras - Bancos e Outras Inst. Financeiras - SCEP	391.392,00 €
100603	SO	00	311	Sociedades Financeiras - Bancos e Outras Inst. Financeiras - SCEP	4.701.179,00 €
020102	00	00	510	Combustíveis e Lubrificantes	20.000,00 €
020104	00	00	510	Limpeza e Higiene	5.000,00 €
020108	00	00	510	Material de Escritório	4.000,00 €
020116	00	00	510	Mercadorias para Venda	30.000,00 €
020117	00	00	510	Ferramentas e Utensílios	15.000,00 €
020118	00	00	510	Livros e Documentação Técnica	1.380,00 €
020121	00	00	510	Outros Bens	10.000,00 €
020201	AO	00	510	Encargos das Instalações -Água	125.000,00 €
020201	BO	00	510	Encargos das Instalações -Electricidade	140.000,00 €
020202	00	00	510	Limpeza e Higiene	20.000,00 €
020203	00	00	510	Conservação de Bens	20.000,00 €
020209	EO	00	510	Outros Serviços Conexos de Comunicações	12.500,00 €
020210	00	00	510	Transportes	1.000,00 €
020212	00	00	510	Seguros	15.000,00 €
020213	00	00	510	Deslocações e Estadas	5.000,00 €
020217	00	00	510	Publicidade	1.600,00 €
020220	00	00	510	Outros trabalhos Especializados	40.000,00 €
020225	00	00	510	Outros Serviços	120.000,00 €
020225	SO	00	510	Outros Serviços	22.620,00 €
030502	JO	00	510	Juros Mora	2.000,00 €
060201	00	00	510	Impostos e Taxas	200.000,00 €
070107	00	00	510	Equipamento de Informática	5.000,00 €
070110	00	00	510	Equipamento Básico	50.000,00 €
TOTAL					7.904.319,00 €